

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.082.206 - GO (2017/0078429-4)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**
PROCURADOR : **ANDRÉ QUINTINO SILVA PAIVA E OUTRO(S) - SP281976**
AGRAVADO : **WEDSON FERNANDES DE ALMEIDA**
ADVOGADOS : **EDVALDO ADRIANY SILVA - GO017345**
EDUARDO DE BRITO VIEIRA E OUTRO(S) - GO039426

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo **MUNICÍPIO DE GOIÂNIA**, em que pretende a admissão de recurso especial que desafia acórdão que, em sede de agravo interno, manteve decisão do relator assim sintetizada (e-STJ fl. 606):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA C/C INDENIZAÇÃO. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS INTER VIVOS (ISTI), FATO GERADOR. TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE IMÓVEL. REGISTRO NO TÍTULO TRANSLATIVO NO REGISTRO DE IMÓVEIS. ART. 35, DO CTN. TERMO INICIAL DO PRAZO DECADENCIAL. DECADÊNCIA OCORRIDA. INVERSÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL.

1. É entendimento do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte que a decadência para a constituição do crédito tributário só começa a contar a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, nos termos do artigo 173, inciso I, do Código Tributário Nacional.

2. Consoante preleciona o artigo 35 do Código Tributário Nacional, o fato gerador do ITBI/ISTI se opera com o efetivo registro do título translativo da propriedade imóvel no Cartório de Registro de Imóveis. (Precedentes do STF e STJ).

3. Acolhido o recurso, deve ser invertido o ônus sucumbencial.

RECURSO PROVIDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 557, § 1º-A, DO CPC. SENTENÇA REFORMADA.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 677/686).

No apelo nobre (e-STJ fls. 691/700), o recorrente defendeu a não ocorrência da decadência para o lançamento de ofício, pois a parte recorrida teria utilizado de expediente fraudulento para não recolher o imposto, com a apresentação de guia de recolhimento falsa para o oficial do registro imobiliário. Afirmou que, "apesar do registro ter ocorrido em 07/06/2001, conforme guia de recolhimento apresentada, a DUAN é inexistente, pois o lançamento nem ocorreu para que se pudesse ser homologado, então não [há] que se falar em decadência".

No pedido final, pugna pelo provimento do recurso especial, "haja vista a inobservância da Lei Municipal 6.733/89 e ao artigo 156 da Carta Magna".

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 704).

O Tribunal de origem obistou o recurso especial por entender incidente a Súmula 284 do STF (e-STJ fls. 708/709); fundamento esse com o qual não concorda o agravante (e-STJ fls. 714/719).

Superior Tribunal de Justiça

Contraminuta às e-STJ fls. 727/731.

Passo a decidir.

Inicialmente, destaco que o Plenário do STJ decidiu que “aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça” (Enunciado Administrativo 2, sessão de 09/03/2016).

Feita essa consideração, verifico que o recurso especial em comento não merece ser mesmo admitido, pois, conforme já consignado na decisão *a quo*, as razões do recurso especial, embora mencionem diversos dispositivos legais no corpo de sua fundamentação, não indicam, com precisão, o artigo de lei federal supostamente violado no julgado estadual, o que denota a deficiência da irresignação recursal, nos termos da Súmula 284 do STF.

Frise-se que, não obstante a municipalidade tenha registrado no pedido final de seu recurso especial a ocorrência de suposta “inobservância da Lei municipal 6.733/89 e do art. 156 da Carta Magna”, é certo que o recurso especial não é via processual adequada para exame de afronta à lei local ou à Constituição Federal, consoante inteligência da Súmula 280 do STF e do art. 102, III, da CF/1988.

Ademais, constato que o entendimento adotado pelo TJ/GO coincide com precedente obrigatório desta Corte Superior, formado no julgamento do Recurso Especial repetitivo 973.733/SC, segundo o qual, inexistindo pagamento antecipado de tributo sujeito a lançamento por homologação, o fisco deve constituir o crédito de ofício no prazo estabelecido no art. 173, I, do CTN. Incide, pois, a Súmula 83 do STJ.

Por fim, o Tribunal local expressamente afastou a alegada ocorrência de vícios resultante de erro, dolo, coação, simulação ou fraude, sendo certo que a revisão dessa compreensão pressupõe reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável na instância especial, consoante o veto contido na Súmula 7 do STJ.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial (art. 253, parágrafo único, II, “a”, do RISTJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator